

Plano começa com o aumento dos impostos

Para eliminar o déficit potencial de 22,1 bilhões de dólares no Orçamento do próximo ano e, assim, criar as precondições para o plano de combate à inflação, os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o interino do Planejamento, Raul Jungman, anunciaram ontem que o Governo vai propor ao Congresso a aplicação de uma sobretaxa de 5 por cento para todos os impostos e contribuições federais. Com esta proposta, segue um projeto de emenda constitucional que reduzirá em 15 por cento todas as receitas vinculadas da União, atingindo, por exemplo, as transferências de recursos para estados e municípios e os gastos com educação e saúde.

O Governo enviará, junto com essas medidas, que terão validade de dois anos (1994 e 1995), uma nova proposta orçamentária para 1994 contendo cortes drásticos de 20 por cento nas despesas. Como consequência dessas ações, a máquina administrativa será enxugada mediante uma reforma administrativa que extinguirá órgãos e ministérios e transferirá encargos, de forma negoci-

ada, para estados e municípios.

"Essas medidas visam a fazer a ponte entre o momento atual e o que sairá da revisão constitucional. Preciso do apoio do Congresso e tenho certeza que o País entenderá isso", declarou Fernando Henrique, que quer a aprovação das medidas — apelidadas por ele de ajuste-ponte —, até o final do ano, no âmbito da revisão. "Sem isso, não teremos condições de gerenciamento em 1994. Não executaremos o Orçamento enquanto não se aprovar a emenda", enfatizou.

Reserva — O ministro confirmou que os recursos a serem obtidos com a redução parcial das receitas vinculadas constituirão um fundo chamado de reserva social de emergência. Esse fundo vai gerir cerca de 16 bilhões de dólares, que serão destinados, prioritariamente, às áreas que o Governo não tem conseguido financiar a contento, como saúde, educação, merenda escolar, assentamentos rurais e o programa de combate à fome.

O ministro disse que tem visto diariamente nos jornais um novo plano econômico atribuído à sua

equipe, mas que a única coisa nova é que já está sendo feito no sentido de equilibrar as finanças públicas. "O que estamos fazendo hoje é luta popular e não uma teoria abstrata", afirmou. "Não estamos vivendo apenas uma crise de corrupção, mas a crise do pacto federativo, da distribuição do gasto público".

Dieta — Fernando Henrique acredita que as medidas vão assegurar a estabilidade política do último ano do atual Governo e o primeiro do próximo. "A dieta é dura". Esses dois anos serão difíceis. "Um Orçamento com tal grau de dureza jamais foi tentado antes nesse País", reforçou Jungman.

O ministro da Fazenda avisou que ninguém deve ter dúvida quanto a um aspecto: o Governo fará a estabilização da economia. As linhas gerais do plano econômico, informou, serão anunciadas na próxima semana, quando ele estará retornando da viagem a Toronto, no Canadá. Ele reafirmou que não haverá quebra de contratos. "Não há nada a esconder, por isso, não haverá susto.

CARLOS MOURA



Cardoso e Jungman alertaram que o Orçamento do próximo ano será o mais duro já proposto ao País